



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI**

**ATA DA 28ª REUNIÃO DO COMITÊ DE GOVERNANÇA, INTEGRIDADE, RISCOS E CONTROLES  
INTERNOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI (20/09/2021  
— DIAMANTINA)**

Aos vinte dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e um, às oito horas, reuniram-se na Sala de Reuniões dos Conselhos da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) os seguintes representantes do Comitê de Governança, Integridade, Riscos e Controles Internos (CGIRC): Prof. **Janir Alves Soares**, Reitor da UFVJM; Prof. **Alcino de Oliveira Costa Neto**, Pró-Reitor de Administração (PROAD); Prof. **Thiago Fonseca Silva**, Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação (PRPPG), Profa. **Orlanda Miranda Santos**, Pró-Reitora de Graduação (PROGRAD); Profa. **Flaviana Dornela Verli**, Pró-Reitora de Planejamento e Orçamento (PROPLAN); Sr. **Moisés Augusto da Silva**, Pró-Reitor de Gestão de Pessoas (PROGEP); Prof. **Marcus Vinícius Carvalho Guelpeli**, Pró-Reitor de Extensão e Cultura (PROEXC); Profa. **Jussara de Fátima Barbosa Fonseca**, Pró-Reitora de Assuntos Comunitários e Estudantis; Profa. **Mara Lúcia Ramalho**, Diretora de Educação Aberta e à Distância (DEAD); Sr. **Elton Pereira Rosa**, Diretor de Tecnologia da Informação (DTI); Sr. **João Paulo dos Santos**, Diretor de Planejamento Institucional da PROPLAN; Sra. **Flávia Cesar Moreira dos Santos Gonçalves**, Diretora de Comunicação Social (DICOM). Passando à ordem do dia, tratando do assunto de pauta “**Avaliação/Aprovação do Plano de Gestão de Riscos – 2022-2026**”, o prof. Janir iniciou a reunião cumprimentando os presentes e destacando a importância da seriedade dos trabalhos referentes à execução do mapeamento do Plano de Gestão de Riscos. Comentou que achou interessante que a UNIFAL execute um trabalho de nivelamento com a **Auditoria Interna**, trazendo um reforço externo para corroborar na execução do trabalho do mapeamento de riscos, sendo esta estratégia uma ideia que poderíamos estabelecer na UFVJM, para envolver mais pessoas, percebendo que conforme a metodologia ou estratégia é utilizada, cada uma acrescentaria um enriquecimento a mais, sendo que foi muito salientada a questão da comunicação e do envolvimento das pessoas no processo de execução do mapeamento dos riscos, no que é priorizado o controle diante do que se quer que a instituição alcance, que é a missão da instituição. Lembrando que esse trabalho não deve ficar apenas no âmbito do Comitê de Governança, havendo ainda a necessidade de refinar alguns detalhes para melhor desenvolvimento dos trabalhos. Na sequência, solicitou aos presentes que informem em que ponto está o mapeamento dos processos dentro da instituição. Passando a palavra inicialmente para João Paulo, o mesmo informou que no Escritório de Processos, dos trinta e nove existentes, dez processos já estão efetivamente mapeados, outros dez que estão em meados do desenvolvimento de seu trabalho em adequação, tendo ainda dezenove que estão um pouco mais atrasados. Ele informou que a boa notícia é que o grupo de trabalho instituído para tirar as dúvidas do pessoal está funcionando muito bem, sendo que os envolvidos na execução do mapeamento em questão têm demonstrado muita preocupação em executar o solicitado nas mais diversas áreas, no que pretende solicitar a Allan, servidor que trabalha junto ao Escritório de Processos, que faça pesquisa mais detalhada sobre a atualização dos trabalhos. Em conversa com a auditoria da UFVJM, ressaltou-se que é necessário a realização desse mapeamento de processos para identificação dos riscos para a Instituição. Pois se os processos não forem devidamente mapeados, não será possível determinar qual é o risco a ser trabalhado. Ficou mais claro o entendimento da necessidade de monitoramento desses processos, bem como sua importância para o dimensionamento da força de trabalho, no que isso nunca foi feito no âmbito da instituição. A cultura de mapeamento de processo está em fase inicial de sua execução, havendo necessidade de maturidade das decisões na utilização dos Instrumentos de monitoramento dos riscos. Foi questionado quanto a determinação de quem ficará a cargo da responsabilidade dos processos

decidindo com maior precisão quem seria o dono de fato, objetivando não ter duplicidade de posse desses processos. Respondendo ao questionamento, destaca-se que quem cria o processo, não necessariamente será o dono do mesmo. Ressaltando que um processo passa por vários setores, ficando a concentração de muitos deles principalmente na Progep e na Prograd, havendo então a necessidade de filtragem da posse destes. João Paulo salientou que em primeiro momento determina-se a classificação dos processos mediante o assunto junto ao sistema SEI, no que há ainda necessidade de capacitação aos servidores para utilização do sistema SEI, para que esse sistema não seja subutilizado deixando inabilitados vários recursos que são necessários para o pleno funcionamento do mesmo. O prof. Janir sugeriu que seja determinada a execução de capacitação para os servidores gestores (gestão central), estipulando como meta a realização em média um curso por mês, objetivando aumentar o nível de conhecimento dos gestores de acordo com as demandas setoriais, no que o pró-reitor Moisés esclareceu que já existe regulamentação quanto aos trâmites de capacitação. O prof. Janir e João Paulo destacaram a importância de desenvolvimento de políticas de sucessão dos gestores, objetivando transferência de informações, conhecimentos, projetos em andamento e competências que possibilitem dar continuidade aos trabalhos de gestão de um mandato para outro, sendo essa uma prática que deve ser adotada por todos no âmbito da instituição, ressaltando que a mudança de **gestão realizada sem governança é um risco que precisa ser calculado**. O prof. Alcino relatou que na Federal de Juiz de Fora é feito um pacote de cursos para todos os servidores, sendo que o PDP deles não fica aberto para que os servidores façam a capacitação que bem queira. A gestão busca o entendimento de quais cursos são relevantes, no que todos têm que fazer e apresentar o respectivo certificado de conclusão. Tal atitude fica padronizada, e os cursos são relacionados ao setor, o que não acontece com frequência aqui na UFVJM, pois muitas vezes o servidor (docente e técnico administrativo) acrescenta no PDP cursos não condizentes com a necessidade da gestão, não trazendo melhorias para seu setor de lotação. Essa é uma prática que pode ser implantada em nossa instituição. Outra questão é que nos documentos de avaliação de desempenho, geralmente os gestores, as chefias passam quais são os cursos que precisam ser feitos, porém não existe um monitoramento do que está sendo realizado, o que acaba que os servidores não fazem os cursos, não apresentam os certificados, e isso se perde ficando uma trave para trazer benefícios para os setores específicos. O Pró-Reitor Moisés complementou a fala do prof. Alcino, relatando que a Progep está alinhando as capacitações com o plano estratégico da Universidade, então as capacitações individuais vão ser contempladas somente se sobrar recursos, lembrando que devem ser realizadas depois da capacitação voltada para plano estratégico retrocitado. Em relação ao curso de capacitação para os gestores, o ForRisco, o mesmo ressaltou que já realizou tal demanda, sendo que solicitou aos servidores da Progep que também se capacitassem, sendo que eles já fizeram e já apresentaram seus certificados. Em um primeiro momento solicitou às Diretorias e às chefias, e, na sequência os demais servidores, ressaltando que essa ação vai influenciar positivamente no posicionamento institucional, no sentido de que mais servidores se envolvam e se capacitem, dando exemplo de conduta. A profa. Flaviana relatou que na Proplan ela encaminhou a demanda de capacitação da plataforma For por e-mail, com intuito motivacional, no que não houve necessidade de impor obrigatoriedade, pois os servidores se interessaram e realizaram a capacitação por si só. Ela deu a sugestão de que as capacitações não ocorram apenas a nível de gestão central, visto que não existe preocupação institucional em desenvolver políticas de gestão, pois os membros do Consu, as congregações, diretores, os chefes de departamento, coordenadores de curso demonstram dificuldades básicas. Seria a realização de cursos bem simples, tais como curso de utilização do sistema SEI, pela dificuldade por exemplo, na geração de ofício no SEI, fazer formatação de documentos nesse sistema, sendo essas funções básicas e necessárias dentro de um contexto de necessidade de trabalho remoto. Assim sendo, é preciso motivar esses servidores gestores em provocar seus servidores subordinados (docentes e TAs). Voltando ao assunto de pauta **“Avaliação/Aprovação do Plano de Gestão de Risco”**, que é uma demanda da alta gestão, resalta-se que existe um Plano de Gestão de Risco dentro do laboratório, dentro da clínica, para prevenção de acidentes, e existe todo um protocolo que deve ser seguido. A profa. Flaviana citou ainda que seria interessante que a alta gestão fizesse um webinar, com coordenadores de cursos, com gestores, para dar publicidade às reuniões do CGIRC, para fazer valer o direito de ouvir as questões de gestão da Instituição, para quem tem interesse em visualizar os trabalhos desse Comitê. Por conseguinte, o prof. Janir explanou sua discordância em relação à publicidade das reuniões do CGIRC, na atual conjuntura, por necessidade de maturidade (necessidade de envolvimento de servidores com perfil de pessoas compromissadas e com nível de conhecimento elevado), sendo essa maturidade ressaltada no curso do

ForRisco. Destacou que essa maturidade é essencial e a Instituição está muito imatura ainda, tendo uma dificuldade muito grande no desenvolvimento de expertises, de ter uma cultura enraizada, necessidade de implantação de um plano de integridade, de controle de riscos, dos indicadores de desempenho. É essencial uma melhor organização dos trabalhos deste Comitê, com empoderamento, capacitação, domínio dos processos, para uma divulgação transparente e segura do trabalho realizado, objetivando não causar transtornos e impedimentos na execução das demandas do CGIRC. Ressaltou que a publicidade deve ser aplicada de forma gradual, bem estruturada, com cautela e foco, filtrando os assuntos que são fundamentais para uma determinada pasta. O prof. Janir solicitou ainda que fosse destacado na presente ata, o tema citado acima, que é a necessidade de envolver em capacitação aos representantes, aos colegiados, aos coordenadores, de maneira leve e pedagógica. Lembrando que o conhecimento do regimento, estatuto, manual do conselheiro, manual do coordenador, devem fazer parte da nossa organização, das competências e das atribuições. Lembrando que a estratégia é a definição da forma de divulgação das demandas conforme vem sendo executado: através do Boletim Informativo, Webinário. Seria interessante para um norteamento, ter um planejamento anual de maneira que o servidor pudesse acompanhar a evolução das políticas de gestão, o andamento dos trabalhos do Comitê de Governança, ajudando a comunidade acadêmica a encontrar as informações, utilizando estratégias de comunicação. Quanto ao PDI, a profa. Orlanda informou que no documento atual, a Prograd elaborou o documento base, sendo que diversos setores contribuíram encaminhando suas demandas. A profa. Flaviana destacou várias características na elaboração do PDI, sendo uma delas a necessidade de objetividade na contribuição dessa elaboração. A profa. Mara relatou a necessidade de discussão entre os pares, objetivando a legitimidade na formalização das demandas de interesse setorial, buscando envolver toda a comunidade acadêmica na contribuição da construção deste PDI, antes da publicação e finalização do documento em tela. Passando a palavra para João Paulo, o mesmo esclareceu quanto ao PDI que existem representantes de toda a instituição envolvidos na construção desse documento, sendo que é possível pesquisar no portal da comissão de elaboração para verificar quem é membro/representante mais próximo, bem como buscar informações para sanar dúvidas, enviar sugestão ou reclamação com a comissão responsável, via e-mail ou telefone desses representantes, tanto da retrocitada comissão, quanto dos grupos de trabalho, incitando aos presentes na busca de atualização dos trabalhos, para não se perder o foco do que está sendo feito. O prof. Janir levantou um ponto quanto a participação da Reitoria, a saber, a alta gestão institucional, nas pessoas do reitor, dos pró-reitores e seus respectivos adjuntos, principalmente as finalísticas, porque os desfechos serão nelas. No que ele pensa que é importante a manifestação destes também, pois se manifestar após a conclusão dos trabalhos passa a ser algo intempestivo, inviabilizando a lógica de atuação e realização dos trabalhos. Buscando assim atender a missão principal da instituição, que é a razão de existência da UFVJM, com foco em ensino, pesquisa e extensão. João Paulo citou o exemplo das contratações, em que a Proad e a Proplan sempre sofrem para encontrar brechas no PDI atual para justificar a contratação de alguma coisa, pois não há previsão nesse PDI retrocitado. Sendo que quando se fala em estrutura, em contratação de equipamentos de TI, é uma tortura para o pessoal das contratações, embasadas nesse PDI desatualizado. No que só tal fato já é motivo para uma reunião com todos os pró-reitores em que demandam contratações no âmbito da UFVJM. Voltando novamente ao assunto de pauta "Plano de Gestão de Riscos", após avaliação em sua totalidade do documento em tela, João Paulo informou a decisão de adotar a utilização da plataforma ForRisco recomendada pelo Ministério da Educação, como ferramenta de software para gestão de riscos. João Paulo ressaltou em relação ao plano em si, que a minuta apresentada na presente reunião foi elaborada seguindo a recomendação dos órgãos de controle. Assim sendo, após ampla apreciação dos presentes, o Plano de Gestão de Riscos foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, eu, Juliana Moreira Silveira, lavrei a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada por todos.



Documento assinado eletronicamente por **Janir Alves Soares, Reitor**, em 12/07/2022, às 15:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

Documento assinado eletronicamente por **Jussara de Fatima Barbosa Fonseca, Pro-Reitor(a)**, em



12/07/2022, às 16:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **João Paulo Dos Santos, Membro do Comitê**, em 15/07/2022, às 09:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alcino De Oliveira Costa Neto, Pro-Reitor(a)**, em 15/07/2022, às 17:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Thiago Fonseca Silva, Pro-Reitor(a)**, em 18/07/2022, às 14:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Moises Augusto da Silva, Servidor (a)**, em 18/07/2022, às 17:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcus Vinícius Carvalho Guelpli, Membro do Comitê**, em 19/07/2022, às 20:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Juliana Moreira Silveira, Servidor (a)**, em 04/08/2022, às 09:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Orlanda Miranda Santos, Pro-Reitor(a)**, em 16/09/2022, às 09:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Flaviana Dornela Verli, Servidor (a)**, em 16/09/2022, às 10:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Flavia Cesar Moreira dos Santos Gonçalves, Servidor (a)**, em 19/09/2022, às 14:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Mara Lúcia Ramalho, Diretor (a)**, em 20/09/2022, às 20:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Eltton Pereira Rosa, Servidor (a)**, em 03/10/2022, às 16:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufvjm.edu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufvjm.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0783177** e o código CRC **A7B88B90**.

